

NOTA DE REPÚDIO

CONTRA A HOMOLOGAÇÃO PELO MEC DO PARECER 04/2024

A Anfope - Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação, manifesta seu profundo repúdio à homologação pelo MEC do Parecer 04/2024 assim como a aprovação deste pelo Conselho Nacional de Educação, por representar uma total desconsideração ao movimento pela revogação das Resoluções CNE/CP 02/2019 e CNE/CP 01/2020 que demandava a imediata retomada da Resolução CNE/CP 02/2015. Tal posição foi defendida e constou do relatório Final do GT-Formação de Professores, instituído pelo próprio MEC. Essa também foi a posição defendida pela Frente Nacional pela Revogação das Resoluções CNE/CP 02/2019 e CNE/CP 01/2020 e pela imediata retomada da Resolução CNE/CP 02/2015, composta por mais 40 entidades nacionais, e com o apoio de dezenas de outras entidades e fóruns nacionais, regionais, estaduais, cursos, programas e colegiados, associações sindicais e estudantis, entre outros coletivos, que articulou o campo educacional na defesa da retomada da Resolução CNE/CP 02/2015.

O Documento Final da CONAEE 2024, que marca a retomada da discussão pública de forma democrática e participativa, explicitou, entre outras proposições, a revogação imediata das Resoluções CNE/CP 02/2019 e CNE/CP 01/2020 e a retomada da Resolução CNE/CP 02/2015.

Reiteramos que não é possível construir uma política nacional de formação de professores excluindo do processo as Universidades e as entidades nacionais. As políticas educacionais devem ser construídas com a participação das entidades e movimentos sociais que defendem a educação pública e não por instituições e fundações que defendem a educação como uma mercadoria que gera lucro.

Assim, a Anfope reafirma sua posição em defesa da formação de professores para uma educação emancipadora, indissociavelmente articulada com a valorização dos profissionais da educação e, portanto, contrária ao processo de rebaixamento e padronização da formação e de quaisquer proposições desqualificadoras da educação pública, da universidade e da escola pública, laica, gratuita e inclusiva em todos os níveis e modalidades, para todos os cidadãos brasileiros e de qualidade referenciada no social, no trabalho e na carreira docente. A luta continua!

28 de maio de 2024.

Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação